



## GÊNERO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: TEMAS NECESSÁRIOS PARA À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Lucyana Sobral de Souza<sup>1</sup>  
Marcos Paulo de Oliveira Sobral<sup>2</sup>

GT6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

### RESUMO

Este artigo discute a tríade de gênero, diversidade e inclusão e os embricamentos para os currículos e a formação de professores. Neste sentido, objetivou, compreender e analisar como as questões inerentes a diversidade/alteridade (gênero, etnia, multiculturalismo e raça) vem sendo abordadas nos cursos de formação de professores na Universidade Federal de Alagoas Campus do Sertão. Trata-se um estudo de caso, qualiquantitativo, como instrumento de coleta de dados foi usado o questionário, os dados coletados apontam a necessidade de que os cursos de licenciatura oportunizem à reflexão, debate e tomada de consciência sobre as diversidades, as potências de vida, de identidades e de subjetividades que estão se consolidando em nossa sociedade e que se tenha espaço, visibilidade e lugar no currículo da formação de professores.

**Palavras - chave:** Gênero, Diversidade e Inclusão.

### ABSTRACT

This article discusses the gender triad, diversity and inclusion and the constraints to curricula for teacher training. In this sense, the objective was to understand and analyze how issues inherent to diversity / otherness (gender, ethnicity, multiculturalism and race) have been addressed in teacher training courses at the Federal University of Alagoas Campus do Sertão. It is a case study, qualitative and quantitative, as a data collection instrument was used the questionnaire, collected data point out the need for undergraduate courses to reflect, debate and awareness of diversities, life potencies, of identities and subjectivities that are consolidating in our society have space, visibility and place in the curriculum of teacher training.

Key words: Gender, Diversity and Inclusion.

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestra em Educação (UFS), Professora do Instituto Federal de Educação da Paraíba. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Membro do grupo de pesquisa certificado no Diretório Nacional de Pesquisas do CNPq: ECOS- Escola Contemporânea e Olhar Sociológico. E-mail: lucyanass2014@gmail.com.

<sup>2</sup> Pedagogo, Mestre em Educação (UFS), Professor Assistente do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: socramsobral@gmail.com



## INTRODUÇÃO

[...]sexismo e homofobia aparecem portanto como duas Faces do mesmo fenômeno social. A homofobia e, em particular, a homofobia masculina, cumpre a função de “guardião da sexualidade”, e ao reprimir todo comportamento, todo gesto o todo desejo que ultrapasse as fronteiras “impermeáveis dos sexos.

Borrillo(2000,p.87)

Justifica-se o estudo contemplando as relações entre as categorias de Gênero, diversidade e inclusão em função das lutas teóricas e práticas para garantir na agenda social a inserção das questões relativas à temática de gênero e diversidade. O desejo da população, historicamente oprimida de lutar pela igualdade social, pela garantia de melhores condições de vida, com dignidade e direitos humanos garantidos, aos grupos excluídos, revela na tentativa de visibilizar e garantir aos segmentos sociais marcados pelas questões de gênero, etnicorracial e demais identidades, espaço, representatividade voz e voto nas mais variadas instituições sociais, a exemplo da escola, instituição social mais próxima do povo.

Apesar de toda luta dos segmentos sociais já citados, ainda somos marcados pela existência de ações, pensamentos e práticas sociais excludentes e segregacionistas, em diversos campos, fruto da cultura de dominação instalada e disseminada de casa até à escola, da igreja até à fábrica e do sindicato à praça pública, como se fosse natural a existência de práticas discriminatórias e opressoras propagadas nos grupos sociais que citamos anteriormente.

Destarte que os avanços históricos alcançados fruto das lutas e conquistas empreendidas pelos movimentos sociais e pelas instituições que estiveram ao lado do povo na grandiosa empreitada pela (re)democratização do país, ainda se *faz mister* a necessidade de se discutir, questionar, sensibilizar os sujeitos sociais para e que estes ajam como multiplicadores no fomento de uma cultura de respeito, solidariedade e empatia, da capacidade de compreensão da história do outro, daquele que difere de si.

Conversando com os outros, com os diferentes, que construímos oportunidades, que proporcionamos o acesso pleno às instituições sociais e aos direitos socialmente constituídos como direitos humanos, que nos fazem mais humanos.

As mudanças observadas no bojo da sociedade brasileira, apresenta ainda imensos desafios a serem vencidos, do ponto de vista objetivo, como a ampliação do acesso à educação básica e superior, assim como do ponto de vista subjetivo, como o respeito e a valorização da diversidade, pois ainda há uma forte presença de contextos e situações onde as



discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira.

A escola por vezes, reproduz práticas de violência, às vezes sem saber que está por fazer isso. Sendo a escola um dos espaços mais representativos da sociedade, pois reúne a diversidade brasileira, em suas salas de aula, congrega a diversidade social, são negros, brancos, índios, pardos, católicos, espíritas, evangélicos, umbandistas, gays, lésbicas e demais representações identitárias. Sendo que, alguns desses sujeitos sofrem ou já sofreram violência, por não caberem dentro do molde socialmente instituído como verdadeiro, adequado, europeu, católico, heterossexual, macho, patriarcal.

Assim, é primordial o olhar e a escuta atenta por parte das instituições sociais, em especial as instituições educativas, a fim de reduzir danos, zelar, proteger, educar e sensibilizar os sujeitos para uma cultura de convivência, onde cada um possa se expressar, possa ser aquilo que lhe faz inteiro, livre de amarras e preconceitos homogeneizantes. A escola é um importante espaço de aprendizagens que transcendem o currículo oficial, é também um lugar de reflexão sobre temas e questões que não cabem nos livros escolares, de tão densas e significativas que estão escritas no cotidiano da vida, na página diária que cada escreve num país marcado por severas injustiças, desigualdades e negação histórica de direitos humanos que são proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações que infelizmente ainda não se consubstanciaram como direito adquirido, na realidade para um grande número de crianças, jovens e adultos que frequentem ou não às escolas públicas brasileiras.

Não bastarão leis, se não houver a escuta atenta, a reflexão, conscientização e sensibilização para que aja transformação de mentalidades e práticas, que desestabilizem o absolutismo ideológico, o proselitismo, a sexualidade binária, a opressão sofrida pelas mulheres, negros, pobres, gays, lésbicas, em função de papéis sociais demarcados pela cultura do patriarcado e conseqüentemente as práticas educativas que escondem ou não a inculcação de uma cultura sexista, preconceituosa, segregacionista e conservadora. Contraditoriamente, observamos que a rasteira que a sociedade tomou por parte de várias casas legislativas em diversos estados brasileiros, quando da votação dos planos municipais e estaduais de educação. Fomos usurpados pelos arautos da tradicional família brasileira, pelos defensores da moral e dos bons costumes, pela bancadas religiosas, por sujeitos que possuem pouca ou nenhuma formação intelectual ou até mesmo má fé, pois é através da má fé que professam,



que iludem, que subordinam, exploram, constroem e fortalecem um sentimento de ódio e repulsa social àqueles que se expressam diferentemente do que pensam eles, e acima de tudo quando sugam direitos, os direitos humanos.

E assim, o papel estruturante que, as ações educativas que promovam a discussão de temas tão cara para segmentos sociais marginalizados e oprimidos, e que motivem a reflexão individual e coletiva, contribuindo desta forma, para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de professores, agentes sociais importantíssimos, pois lidam diariamente com a juventude em suas expectativas, tensões, necessidades, (pré)conceitos, corroboram para a consecução de novos paradigmas culturais, éticos, científicos e pedagógicos, situação que faz se delinear novas responsabilidades e exigências mais complexas quanto ao desenvolvimento de competências profissionais, sobretudo em sociedades alicerçadas nos pressupostos da exclusão, da negação dos direitos, da opressão dos sujeitos, do aniquilamento daquilo e daqueles que negam a imposição de um molde social, do ser sujeito, para além dos valores do patriarcado.

Diante das demandas crescentes e pela contínua responsabilização da escola e do professor pelo acesso à cultura e ao conhecimento historicamente construído para além dos currículos mínimos, propostos pelos projetos pedagógicos e consumados nos livros didáticos, os professores, ainda são acusados e perseguidos por reproduzir conceitos e práticas que disseminam o que os conservadores consideram como destruição da família, da moral, dos bons costumes, do anarquismo, do comunismo ou seja a própria personificação do apocalipse educacional.

Libâneo (2003), nos alerta que a sociedade almeja por uma escola e uma educação que seja libertadora, que garanta a toda população o direito de aprender de apropriar-se cultural e cientificamente, de forma que os sujeitos possam articular as dimensões da vida pessoal, da vida profissional e cidadã de forma reflexiva, autônoma, construtiva e crítica.

Contraditoriamente, ao contexto anunciado, o professor se vê premido pelos baixos salários, pela formação aligeirada e precarizada, descontextualizada da realidade social que vai encontrar ao chegar ao *lôcus* laboral. Assim, nos questionamos como esse profissional, melhor dizendo, essa profissional na sua maioria, mulher, mãe, dona de casa, esposa, provedora do lar, chefe de família que trabalha numa jornada tripla ou quádrupla de atividades públicas e ou privadas e que em algumas circunstâncias se encontra em situação de exclusão e negação social lida com o processo de formação de professores.



## 2. A Trilogia: Gênero, Currículo e Inclusão

Os estudos que se lançam a buscar debater e compreender as relações entre gênero, inclusão e diversidade, buscam o aprofundamento científico para ampliar os marcadores sociais que nos permitem transpor os limites interpretativos que outrora davam conta de explicar os fenômenos culturais, pois a dinamicidade das relações entre escola, educação e sociedade exigem a incorporação de outras categorias de análise que interpretem as várias nuances da perversidade do modelo neoliberal, exigindo leitura crítica dos processos sociais, comunicacionais, educativos, políticos, sexuais e catalizadores do comportamento humano, que são propagados sempre pelo mote do adjetivismo positivo da globalização.

As propostas educacionais pautadas na perspectiva das diversidades culturais eclodiram como resultado das tensões vividas por países de diversos continentes, estas apresentam sentidos e finalidades muito peculiares. Candau nos orienta ao dizer que,

Tanto na Europa como na América Latina e nos Estados Unidos, as propostas que visam articular a educação e a diversidade cultural nascem do reconhecimento da pluralidade de experiências culturais que moldam a sociedade contemporânea e suas relações. Os projetos educacionais que surgem dessa constatação podem ser convergentes ou até opostos, mas invariavelmente têm surgido como resposta à necessidade de viver em meio a uma multiplicidade de expressões culturais, sociais e étnicas – traçar políticas públicas de educação e de trabalhar pedagogicamente a diversidade. (2002, p.52)

A sociedade brasileira tem sido palco de muitas tensões, marcado por conflitos de ordem socioeconômica, de preconceito, discriminação e intolerância religiosa. Neste contexto, fomentar a formação de professores conteúdos, práticas, saberes e fazeres sob o prisma da diversidade e do multiculturalismo é pedra de toque para orientar a consecução de uma educação para a democracia e consubstanciada pelas premissas da igualdade, equidade, justiça e direitos humanos.

A educação em suas dimensões, a saber: ética, filosófica, jurídica e institucional, engendra relações da cultura e de poder. Assim, desvelar as questões que envolvem experiências de poder que estruturam nossas atividades, das mais cotidianas, às mais complexas, promove a internalização de signos, símbolos e modelos operativos que influenciam sobremaneira nas posturas e condutas, cabendo aos sujeitos da práxis pedagógica



o questionar essas práticas, as formas autoritárias e disciplinadoras de poder e de organização que fomentem a emancipação e a libertação dos sujeitos pedagógicos.

Para romper com a doutrinação do corpo sob a égide da sexualidade como uma estrutura de coerção, controle e ajustamento do sujeito, deve-se apontar as possibilidades de ação na escola e pelos agentes educativos. Lançar-se ao trabalho com a categoria gênero, faz emergir outras possibilidades de debater, investigar e abordar o tema na rígida tradição educacional. Romper a discussão sob a perspectiva da concepção médico-biologista e da abordagem terapêutica culpabilizante do sujeito, busca-se realizar uma abordagem investigativa e política, o que de acordo com Foucault, é condição basilar, pois:

[...] o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode ser muito bem direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso nem de armas nem de terror, [...] Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo [...] esse saber e controle constituem o que se poderia chamar de tecnologia política do corpo. Essa tecnologia é difusa, é claro, e raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõem-se muitas vezes de peças ou pedaços, utiliza um material e processos sem relação entre si[...] Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamento; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensa (1997,p28).

Tratar questão de gênero naturalmente gera à escola, ao currículo e as suas práticas pedagógicas uma série de provocações. Nesse percurso, o currículo vivo e vivido na escola, é resultado do conjunto de práticas sociais, explícitas e ou implícitas, discursiva e ou não-discursiva, profusa como uma linguagem, enredada nos códigos que normatizam os gêneros e nas sexualidades.

Compreender as facetas que permeiam o currículo, torna-se inexorável desmitificar os nós presentes no discurso autoritário que busca governar a mente e o corpo, e podendo apreendê-lo, pode-se driblá-lo. Sendo a categoria poder, central no conjunto da obra foucaultiana.

Mesmo assumindo no campo da linguagem uma percepção de dominação, de força, opressão, subjugação. O poder pode também, sugerir clivagens para a catarse do que socialmente se denomina de identidade de gênero, adequada ou não ao corpo de um novo tempo, um corpo não-binário, transitório, para além categorização heterossexual, mas acima de tudo identitário.



Ainda asseveramos que a educação deve ser objeto de encontro e de diálogo entre sujeitos sociais de identidades diversas, que irão dialogar e assim fazendo mediarão suas relações, como nos orienta Freire (1970, p.43) "mediatizados pelo mundo, o "pronunciam", isto é, o transformam, e , transformando-o, o humanizam para a humanização de todos".

Diante as várias demandas, deve ser um dos desafios a que venha se propor a educação brasileira, alicerçar e edificar o caminho na busca de adentrar profundamente na compreensão, problematização e proposituras das sendas, redes e teias comunicacionais em sua dimensão operativa, no fomento permanente de uma prática escolar que garanta o empoderamento de diversos grupos identitários.

Ao buscar por uma pedagogia da equidade, deve ser bandeira de lutas e práticas a promoção de ações afirmativas em favor da população escolar que possua identidade de gênero que fuja do padrão binário, ou seja, negros, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, grupo populacional que mais sofre e que mesmo tendo o direito à educação, condição basilar na perspectiva dos direitos humanos, esse direito é usurpado, corroborando para o aumento da marginalização, da exclusão da escola, do incremento dos indicadores de reprovação e altas taxas de evasão escolar, pelos membros desse grupo, associado ainda a diversos fatores sociais que corroboram para a invisibilidade das diferenças também no espaço escolar. Assim, é imprescindível, ultrapassar a ideia heteronormativa do currículo e das práticas escolares!

### **3. Construindo um fazer pedagógico para a desconstrução de desigualdades**

Com a democratização da escola e com a chegada de novos grupos sociais ao espaço educativo, espera-se que a escola os integre e viabilize aos novos grupos - que historicamente veem sendo negados por meio de práticas excludentes explicitamente ou implicitamente presentes nos discursos, nas atividades que promove, no currículo que segrega em concepções que são, e foram interiorizadas e quase naturalizadas - condições para que exerçam o efetivo direito a uma educação livre de pré (conceitos) e desigualdades. Sendo um caminho importante garantir a formação de futuros professores que entendam, reconheçam, valorizem e respeitem os novos grupos sociais.

Os cursos de formação de professores precisam reservar espaço para compreender os sentidos de sua formação e de sua profissão, é refletir sobre os elos entre o fazer docente e as teorias, desvelar elementos até então ocultos no espaço escolar e que vem contribuindo para



estigmatizar, segregar e excluir por meio de dispositivos e práticas que passam a constituir suas identidades escolarizadas. Louro (2014, p. 65) evidencia que na escola se aprende lições atravessadas pela diferença, sendo esta confirmada, mas também produzida. É onde os sujeitos se envolvem e se manifestam com as imposições externas, aceitam, reagem, recusam, enfrentam ou assumem inteiramente.

A presente pesquisa buscar entender como jovens universitários, futuros educadores estão construindo discursos, saberes e fazeres para uma escola que se debate diante do estranhamento em relação aos seus personagens, novos corpos, novas atitudes, novos comportamentos e velhos projetos, dogmas e práticas culturais que em muitas realidades encontram respaldo na tradição escolar do século XIX.

Nosso debate, não pauta-se na mera transgressão pedagógica, mas sim, a formação para a transgressão da imposição cultural, sexual, religiosa e política fundada; a formação para o respeito à diversidade e às singularidades, para o enfoque que busque a desnaturalização de coisas que aprendemos a tomar como adequadas e dadas. É na escola, por sua natureza de instituição, que devemos problematizar a educação, trazendo à tona como o currículo oculto produz sujeitos reprimidos em sua manifestação livre desde o processo escolar na educação infantil e de maneira sutil e quase imperceptível.

É preciso transpor o currículo da formação de professores, que apesar das disciplinas especificamente preparatórias para o rito de estágio profissional em cursos de formação de professores, com ensinamento sobre como preparar suas aulas, definir objetivos de ensino, reconhecer metodologias, recursos e instrumentos avaliativos sentimos falta de uma perspectiva de discussão que dê visibilidade aos sujeitos plurais que fazem parte do espaço e que não podem ser negados e silenciados. Discursos como: “na universidade não se aprende como lidar com essa diversidade” (raça, etnia, classes, sexualidades etc.), denota o distanciamento da instituição daqueles/as que compõem o espaço escolar, mas que são/estão invisibilizados.

### 3.1 Percorso Metodológico

A metodologia qualitativa foi priorizada por meio do estudo de caso, com o apoio de técnicas etnográficas, focada na descrição de pessoas, situações e acontecimentos, para entender a visão de mundo, a construção de percursos diferenciados, os significados da consciência prática nas dimensões de gênero/classe. Essa abordagem privilegia os processos



vivenciados pelas pessoas envolvidas, valorizando-se suas experiências subjetivas e seus protagonismos.

Os dados da pesquisa em tela tomou como recorte a análise do desenho curricular de quatro cursos de formação de professores da Universidade Federal de Alagoas, no Campus do Sertão, localizado na cidade de Delmiro Gouveia - AL, buscando identificar as disciplinas elencadas e do que tratavam os ementários. Nesse escopo, observamos um currículo enxuto, focada na formação técnica com algumas disciplinas genéricas que não deixam explícitas o compromisso discursivo axiológico com temáticas ligadas às questões sociais, excetuando-se algumas atividades de extensão que poucos alunos tinham oportunidade de participar. Na abordagem qualitativa com alunos da primeira turma do curso de pedagogia, podemos ouvir o seguinte depoimento: *“professor, porque durante minha graduação, nós da primeira turma não tivemos a oportunidade de estudar sobre gênero? Somente agora que concluímos, vejo, que o senhor tem provocado essa discussão, a exemplo desse evento que está acontecendo!*

Dessa forma, as demandas sociais emergentes exigem e implicam uma reconstrução e um trabalho de atribuição de sentido (BERGER & LUCKMAN, 1978), assim, a abordagem sociológica da experiência formativa profissional feita de modo mais próximo possível dos alunos, os aprendizes.

Partindo do pressuposto que as relações sociais são construídas e como os sujeitos sociais interagem, (re) produzem formas de socialização, ou seja, ações recorrentes que são incorporadas voluntariamente e ou forçosamente na prática social, e nos permitem ou não refletir sobre como a identidade é construída. Dentro desse contexto, as seguintes questões apareceram: Como futuros (as) professores (as) compreendem as questões inerentes a diversidade cultural, ao gênero, sexualidade, a raça e a etnia? Como identificam diferenças de gênero na escola? Como se comportariam diante de conflitos entre alunos envolvendo o gênero, raça, sexualidade e etnia? Qual grupo social (índios, favelados, homossexuais, idosos, negros, aidéticos, (ex) presidiários, prostitutas, viciados em drogas) teria maior ou menor disponibilidade para trabalhar em sala de aula? A chegada dos tradicionalmente excluídos na escola conta, em princípio, com a simpatia dos professores e das professoras, e isto se manifesta no uso dos termos “inclusão”, “escola inclusiva”, “avaliação inclusiva”, “dinâmicas de inclusão”, “pedagogia inclusiva” cada vez mais frequentes no vocabulário docente. (SEFFNER, 2012)

A escola tem sido historicamente considerada, a partir dos valores e modelos de conduta por ela transmitidos e produzidos na sociedade pela educação formal, como um local de debates e desenvolvimento de propostas neste âmbito. Portanto, tem papel decisivo,



embora não exclusivo, na construção do conhecimento, no desenvolvimento de ações visando a tal construção.

A instituição escolar é considerada um importante espaço na construção do sentido, dos saberes, da aprendizagem no desenrolar da carreira dos indivíduos (COULON, 1995).

No contexto social contemporâneo, reivindica-se que a relevância desta atuação se afirme por meio de práticas pautadas no respeito às diferenças sociais, incluídas aquelas presentes na experiência da sexualidade, e no enfrentamento dos preconceitos em suas mais variadas vertentes. Ou seja, pretende-se que a escola se traduza, para a sociedade, como um espaço institucional privilegiado para a convivência social e para o estabelecimento de relações subjetivas favoráveis à promoção não só do conhecimento científico, mas também ao respeito à diversidade muitas vezes apenas tangenciadas e associadas às práticas de saúde no âmbito da escola. Percebemos assim, a relevância deste tema no âmbito das práticas de ensino e do contexto escolar. Cabe decisivamente aos cursos de formação de professores plainarem a terra, arar e semear o solo fértil da formação de professores, a fim de que as diferenças sociais, os estudos de gênero, a sexualidade e relações étnico-raciais sejam discutidos, assim como, os conteúdos curriculares e as práticas docentes para que não reforcem as diferenças sociais entre homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais. Contudo, reafirma-se que a problematização em torno do tema se faz necessária, assim como o descortinar de aspectos invisíveis à compreensão do mesmo, sobretudo as lacunas existentes entre as formulações de políticas públicas e sua aplicabilidade no âmbito do ensino

## CONSIDERAÇÕES

A formação de professores tem sido desafiada a possibilitar ao futuro profissional da educação, a reflexão sobre as demandas que por hora tem sido colocada na pauta pedagógica como temas urgentes, não porque se constitui como um discurso em moda, mas pela urgência que tais demandas apresentam em função das tensões que ocorrem diuturnamente no espaço escolar, que vai além do multiculturalismo liberal. Ao problematizarmos a ação pedagógica disciplinadora, que é velada pelos currículos escolares, reconhecendo a circularidade e um novo referencial de cidadania, até mesmo porque, o mercado tem exigido profissionais cada vez mais qualificados, flexíveis, para poder, da melhor forma, acompanhar essas transformações ocasionadas pelo processo de democratização das instituições sociais e das conquistas dos direitos humanos, o que traz a cena os sujeitos que tiveram os seus direitos



alijados socialmente das escolas, dos livros didáticos, das discussões em sala de aula e nas demais instâncias de representatividade social e agora exigem ter voz e serem ouvidos. Entendendo a pertinência que hoje a educação como construtora da cidadania, uma vez que a cidadania significa existir sob condição de autonomia. Assim, a emancipação não pode mais ser concebida apenas sob sua configuração iluminista, como se o sujeito humano se identificasse integralmente com o sujeito racional. Para além dos interesses do capital, do discurso neoliberal sobre o multiculturalismo, há muito o que fazer, pois os sujeitos independentes de classe, raça, gênero, etnia, sexualidade precisam viver a escola e as relações integrais que dela possam acontecer. A educação que está por vir... temos muito por fazer e para isso é preciso que hajam braços e cabeças abertas ao debate, ao diálogo e consenso.

Novos desafios e novas gerações de professores tem se complexificado e a tomada de atitude exige formação continuada, reflexão sobre o cotidiano e à realidade instaurada na comunidade e ambiente escolar, de tal forma que o que nos acalenta diante de quadros anunciados da tentativa de retirada de direitos fundamentais para o exercício da democracia, de proselitismo, intolerância, misoginia, homofobia e todas as variadas formas de preconceito, é o surgimento de redes colaborativas para que a formação, a consciência e o esclarecimentos dos sujeitos sejam o mote de promoção e defesa acirrada da cidadania.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Educação & Realidade. Jul./dez. 1995.
- CANDAU, Vera Maria. **Sociedade Educação e Cultura(s)**. Questões e propostas. Rio de Janeiro- RJ . Vozes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes. 1977.
- GROSSI, M. P. **O masculino e o feminino na educação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- GHEDIN, E. (2002). "Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica". In: PIMENTA, S.; GHEDIN, E. (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 129-150.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo: Cortez, 1998.



NICOLETTI, André. “Por que ainda há cursos ‘masculinos’ e ‘femininos’?”. Fuvest – caderno vestibular, Folha de São Paulo, 11/04/2002, p. 8.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. 1992. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. (orgs.), **Uma questão de gênero**. RJ: Rosa dos Ventos; SP: FC Chagas.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão Escolar. In.: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.